



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DAS COMUNIDADES

P. A: 0046.16.068346-5 / P. A: 0046.16.068339-0 / P. A: 0046.16.068328-3
P. A: 0046.16.068341-6 / P. A: 0046.16.055340-3 / P. A: 0046.16.076481-0
P. A: 0046.15.081735-4 / P. A: 0046.15.092205-5 / P. A: 0046.16.055402-1
P. A: 0046.15.096305-9 / P. A: 0046.16.055448-4 / P. A: 0046.17.031251-9

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Aos 05 de abril de 2017, às 19h, nas dependências da Rua da Cidadania do Cajuru, situada na Avenida Prefeito Maurício Fruet, nº 2150, Cajuru, Curitiba/PR, nos seguintes Procedimentos Administrativos sob nº MPPR – 0046.17.031251-9/ 0046.16.068346-5/ 0046.16.068339-0/ 0046.16.068328-3/ 0046.16.068341-6/ 0046.16.055340-3/ 0046.16.076481-0/ 0046.15.081735-4/ 0046.15.092205-5/ 0046.16.055402-1/ 0046.15.096305-9/ 0046.16.055448-4, tiveram início os trabalhos de Audiência Pública, sob a presidência do Promotor de Justiça, Dr. Régis Rogério Vicente Sartori. **PARTICIPANTES:** Assinalou-se a presença da comunidade local, conforme lista em anexo, e dos seguintes órgãos públicos e representantes: **a)** Administração Regional do Bairro Cajuru – Administrador MÁRCIO JOSÉ NUNES; **b)** Câmara Municipal de Curitiba – Vereador BETO MORAES (ausente); Vereador SÉRGIO RENATO BUENO BALAGUER “Serginho do Posto”; Vereador FELIPE BRAGA CORTES (ausente) representado por ADRIANO MARQUES e CLÁUDIO FRANCISCO NABOSNE; **c)** COHAB Curitiba – Diretor-Presidente JOSÉ LUPION NETO (ausente) representado por WILLIAN BESCROVAINE – Articulador Regional e ISABEL CRISTINA BONETTI; **d)** Secretaria Municipal Do Meio Ambiente – Secretário SERGIO GALANTE TOCCHIO (ausente); **e)** Associação dos Moradores e Amigos de Moradias Marumbi-II – Presidente da Associação WALDECI XAVIER DE OLIVEIRA (ausente) representado por ADEMAR SILVA – Diretor da Associação; **f)** Secretaria Municipal de Obras Públicas – Secretário EDUARDO PIMENTEL SLAVIERO (ausente); **g)** Secretaria Municipal de Trânsito de Curitiba – Secretário (ausente); **h)** Secretaria Municipal da Defesa Social – Secretário ALGACIR MIKALOVSKI (ausente) representado pelo Inspetor DELVANIO SPECK. Embora não notificados, se fizeram presentes a Secretaria Municipal de Urbanismo representada por



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DAS COMUNIDADES

P. A: 0046.16.068346-5 / P. A: 0046.16.068339-0 / P. A: 0046.16.068328-3
P. A: 0046.16.068341-6 / P. A: 0046.16.055340-3 / P. A: 0046.16.076481-0
P. A: 0046.15.081735-4 / P. A: 0046.15.092205-5 / P. A: 0046.16.055402-1
P. A: 0046.15.096305-9 / P. A: 0046.16.055448-4 / P. A: 0046.17.031251-9

KATIA MIDORI WATANABE; Secretária Municipal de Abastecimento – representada pelo Secretário LUIZ GUSI; FAS – representada por TATIANE MOIANO DA SILVA; Secretaria Estadual de Segurança Pública – representada por JANAINA BAPTISTA DA LUZ; Secretaria Municipal de Educação/NRE do Cajuru, representada por EDNA CRISTINA DOS S. LIMA e SANDRA MARA PIOTTO; Secretaria Municipal de Saúde; Prefeitura Municipal de Curitiba – Gabinete do Prefeito representado por CHICO DO UBERABA; Secretaria Municipal de Esporte e Lazer representada por MARLI TEIXEIRA LEITE; o Presidente declarou aberta a Audiência Pública agradecendo a presença da comunidade, dos representantes dos órgãos convidados e demais presentes. Esclareceu que esta audiência pública é para a identificação de demandas sociais prioritárias atinentes a Regional Cajuru. Fez uso da palavra o Secretário Municipal de Agricultura e Abastecimento, que esclareceu aos presentes sobre as atividades e responsabilidade social da Secretaria de Abastecimento, bem como informou a população sobre os programas Armazém da Família, Sacolão e Nossa Feira. Relatou a experiência da Secretaria com as hortas comunitárias, em parceria com a COPEL e ELETROBRAS, e os benefícios que essa produção traz a população de Curitiba, e também aos moradores da Região Metropolitana. Em seguida se colocou a disposição da população, ressaltando ainda que a alimentação adequada interfere na qualidade de vida e saúde da população, e a qualidade alimentar é uma preocupação da Administração Municipal. O Presidente retomou a palavra e informou aos presentes que nesta Audiência Pública, além das novas demandas que poderão ser apresentadas, já existem outros procedimentos instaurados na Promotoria: **1) PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº MPPR-0046.16.076481-0 – DESCRIÇÃO DOS FATOS:** Revitalização do Parque Peladeiros **RETORNO A COMUNIDADE:** a) Realizada visita ao Parque, acompanhados do Administrador da Regional; b) reunião realizada com a Vereadora Julieta Reis e Secretário Municipal de Esportes Marcelo Richa. O Presidente esclareceu aos presentes que a solicitação está em trâmite na Secretaria Municipal de Meio Ambiente. O Presidente passou a palavra a



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DAS COMUNIDADES

P. A: 0046.16.068346-5 / P. A: 0046.16.068339-0 / P. A: 0046.16.068328-3
P. A: 0046.16.068341-6 / P. A: 0046.16.055340-3 / P. A: 0046.16.076481-0
P. A: 0046.15.081735-4 / P. A: 0046.15.092205-5 / P. A: 0046.16.055402-1
P. A: 0046.15.096305-9 / P. A: 0046.16.055448-4 / P. A: 0046.17.031251-9

Sra. Marli Teixeira, e ressaltou a importância da participação da população no que se refere a aprovação das emendas, e que em relação ao Parque dos Peladeiros, a quadra será fechada e coberta. Ressaltou também a importância da união de toda a comunidade com o Poder Público, em busca de conquistas e serviços. Em seguida fez uso da palavra o Administrador da Regional Cajuru, Sr. Marcio, e comunicou que houve visita técnica realizada e também o valor de quatro milhões disponibilizados para tal finalidade. **O presente encaminhamento e as informações fornecidas à população e lideranças comunitárias serão comunicadas ao Senhor Secretário Marcelo Richa e ao Senhor Secretário de Meio Ambiente, bem como a Vereadora Julieta Reis para a devida ciência.** 2) **PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº MPPR-0046.16.055340-3 – DESCRIÇÃO DOS FATOS:** Pavimentação da Travessa Hélio Segantini **RETORNO A COMUNIDADE:** Oficiado ao Administrador Regional Cajuru, Vereador Beto Moraes e SMOP, foi realizado o cadastro da aludida rua para compor o rol de prováveis ruas que serão executadas nos próximos orçamentos, a aludida informação foi confirmada entre os presentes. **O Presidente determinou que seja acompanhado via procedimento administrativo a fim de verificar a execução da obra (pavimentação).** 3) **PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº MPPR-0046.16.068346-5 – DESCRIÇÃO DOS FATOS:** Abertura de rua e o asfaltamento de trecho situado no final da rua José Girdali e Alberto Gesser. **RETORNO A COMUNIDADE:** Oficiado ao Administrador Regional, resposta apresentada pela COHAB às fls. 14 *“as ruas José Girdali e Alberto Gesser, encontram-se totalmente pavimentadas”*. Tendo em vista a informação presente no procedimento, bem como o esclarecimento prestado pelo Administrador da Regional, o Presidente determinou o arquivamento do referido Procedimento Administrativo, com as devidas baixas no sistema PROMP. 4) **PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº MPPR-0046.16.068339-0 – DESCRIÇÃO DOS FATOS:** asfaltamento de trecho da Rua João Affonso, compreendido entre as ruas Alberto Gesser e Adalberto Tadeu Vorobi, bem como a inclusão desse pedido nas despesas da LOA/2017. Fez uso da palavra o representante



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DAS COMUNIDADES

P. A: 0046.16.068346-5 / P. A: 0046.16.068339-0 / P. A: 0046.16.068328-3
P. A: 0046.16.068341-6 / P. A: 0046.16.055340-3 / P. A: 0046.16.076481-0
P. A: 0046.15.081735-4 / P. A: 0046.15.092205-5 / P. A: 0046.16.055402-1
P. A: 0046.15.096305-9 / P. A: 0046.16.055448-4 / P. A: 0046.17.031251-9

da COHAB, Sr. Willian, o qual esclareceu, que referente a urbanização do Conjunto Serra do Mar, não foi possível a abertura e a pavimentação de rua, em função das resistências de moradores em promoverem os devidos recuos a fim de possibilitar a abertura da rua. Informou ainda, que há previsão de reprogramação desses serviços pendentes junto à Caixa Econômica Federal, possibilitando assim, a abertura de um novo processo licitatório, e após autorização as obras serão realizadas, assumindo compromisso na presente Audiência Pública, com previsão de conclusão das obras para final do 2º semestre do presente ano. Ressaltou ainda, que a comunidade deve participar da próxima reunião da LDO e levar as necessidades da população. **A reivindicação será acompanhada via procedimento administrativo;** 5) **PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N° MPPR-0046.16.068341-6 – DESCRIÇÃO DOS FATOS:** Abertura de rua e o asfaltamento de trecho situado no final da rua Humberto Giraldi e José Giraldi. **RETORNO A COMUNIDADE:** Oficiado ao Adm. Reg., resposta apresentada pela COHAB às fls. 14 “*o final das ruas supramencionadas é contornado pela linha ferroviária, há de se obedecer a legislação quanto ao asfaltamento de 15 m para faixa de domínio da ferrovia e 30m como faixa não edificável.*” PJ realizou visita ao local. Após as informações trazidas pelo Presidente, fez uso da palavra o Sr. Willian, que informou que a área em questão é contornada pela linha ferroviária, não sendo possível o asfaltamento. **Assim haverá análise da reivindicação da comunidade no procedimento administrativo;** 6) **PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N° MPPR-0046.16.068328-3 – DESCRIÇÃO DOS FATOS:** Asfaltamento de trecho da rua dos Ferroviários, compreendida entre as ruas Isolde Teixeira Domingues e Dr. Jefferson Isaac João Scheer. **RETORNO A COMUNIDADE:** Oficiado ao Adm. Reg., SMOP, resposta apresentada às fls. 11 “*há previsão de pavimentação para o ano de 2017, através de recurso do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FMHIS*” Após os esclarecimentos realizados pelo Promotor, fez o uso da palavra o Sr. Willian, o qual informou aos presentes, que há previsão para a pavimentação das ruas mencionadas para o segundo semestre do



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DAS COMUNIDADES

P. A: 0046.16.068346-5 / P. A: 0046.16.068339-0 / P. A: 0046.16.068328-3
P. A: 0046.16.068341-6 / P. A: 0046.16.055340-3 / P. A: 0046.16.076481-0
P. A: 0046.15.081735-4 / P. A: 0046.15.092205-5 / P. A: 0046.16.055402-1
P. A: 0046.15.096305-9 / P. A: 0046.16.055448-4 / P. A: 0046.17.031251-9

corrente ano, por meio de recursos do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social. Assim haverá acompanhamento da reivindicação no procedimento administrativo; 7)

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N° MPPR-0046.16.055402-1 – DESCRIÇÃO DOS

FATOS: solicitação Associação de Moradores e Amigos do Marumbi – II para eliminação de valeta a céu aberto pela implantação de manilhamento entre as ruas Ana Kloster Guimarães e a rua Maria Medeiros Damas. O Promotor de Justiça esclareceu aos presentes acerca das respostas encaminhadas pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Secretaria Municipal de Obras Públicas, as quais informaram não ser possível pois haveria o risco de grandes alagamentos e inundações na região. Não houve manifestação da comunidade ou de representantes do Poder Público. **Assim, o Presidente determinou o arquivamento do aludido procedimento, com as devidas baixas no sistema PROMP.**

8) PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N° MPPR-

0046.16.055448-4 - DESCRIÇÃO DOS FATOS: solicitação Associação dos Moradores e Amigos de Moradias Marumbi – II para transformação da cancha de areia localizada na praça Renato Russo em campo de grama. **RETORNO A COMUNIDADE:** reunião realizada com a SMMA (responsável por questões referente a praças), resposta apresentada – fls.11; verificar com a população se permite a manutenção da cancha de areia (situação ambientalmente melhor cf. resp. SMMA) ou preferirá aguardar recursos para fazer o campo de grama com terraplanagem e drenagem adequadas. Após os esclarecimentos prestados pelo Presidente, o Sr. Márcio informou aos presentes que no momento não há recurso disponível para tal transformação, pois o valor da obra seria de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais). Diante de tal informação, o Dr. Régis determinou que o feito continuará em trâmite na Promotoria de Justiça das Comunidades, a fim de dar continuidade as tratativas. 9) **PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N° MPPR-0046.15.096305-9 – DESCRIÇÃO DOS FATOS:** Redutor de velocidade/passagem elevada na rua Osires Del Corso, e construção de lombadas na rua Leonardo Novicki. **RETORNO A COMUNIDADE:** Oficiado a SETRAN – resposta



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DAS COMUNIDADES

P. A: 0046.16.068346-5 / P. A: 0046.16.068339-0 / P. A: 0046.16.068328-3
P. A: 0046.16.068341-6 / P. A: 0046.16.055340-3 / P. A: 0046.16.076481-0
P. A: 0046.15.081735-4 / P. A: 0046.15.092205-5 / P. A: 0046.16.055402-1
P. A: 0046.15.096305-9 / P. A: 0046.16.055448-4 / P. A: 0046.17.031251-9

apresentada: **a)** rua Leonardo Novicki “implantado em set/16 o projeto LF-1195/15 (duas lombadas físicas, uma em cada sentido da via)”; **b)** rua Osires Del Corso “realizada vistoria, foi elaborado o projeto LF-0606/16, que prevê a implantação de duas lombadas físicas, uma em cada sentido da via; a execução seguirá o planejamento para aquisição de materiais, orçamentos e processos licitatórios futuros”. **O Dr. Régis informou que verificará junto a SETRAN e a Administração Regional acerca da execução do Projeto LF-0606/16 e continuará a buscar uma solução para a demanda apresentada.**

10) PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N° MPPR-0046.15.092205-5 - DESCRIÇÃO DOS FATOS: Implantação de postes de iluminação pública, na rua Doutor Afonso Loyola e Silva, entre as ruas Tucum e Jaracatiá. **RETORNO A COMUNIDADE:** Oficiado ao Adm. Reg. e SMOP, resposta apresentada “favorável a implantação, é necessária a elaboração do projeto de rede elétrica aérea, que deverá passar por análise, e após aprovação, deverá ser realizada a licitação pública, e não é possível determinar o prazo para início dos serviços, mas já foram incluídos na programação da Secretaria.” **O Promotor determinou o agendamento de reunião com a Secretaria Municipal de Obras Públicas a fim de verificar se já houve a elaboração do projeto de rede elétrica aérea na referida área, bem como se há possibilidade técnica e orçamentária para a demanda apresentada.**

11) PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N° MPPR-0046.15.081735-4 – DESCRIÇÃO DOS FATOS: Asfaltamento da rua Osvaldo Campos. **RETORNO A COMUNIDADE:** Realizou-se visita no local, reunião, oficiado a SMOP, resposta apresentada “a obra de implantação de pavimento alternativo na rua Osvaldo Campos, está prevista na lei Orçamentária Anual de 2017 para licitação através desta Secretaria Municipal de Obras Públicas”. Após os esclarecimentos prestados pelo Promotor, fez uso da palavra o Sr. Marcio – Administrador Regional, o qual informou que há previsão de implantação de pavimento alternativo na LOA de 2017, para licitação através da Secretaria Municipal de Obras Públicas. **Neste sentido haverá o acompanhamento da demanda pela promotoria das comunidades para a inclusão**



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DAS COMUNIDADES

P. A: 0046.16.068346-5 / P. A: 0046.16.068339-0 / P. A: 0046.16.068328-3
P. A: 0046.16.068341-6 / P. A: 0046.16.055340-3 / P. A: 0046.16.076481-0
P. A: 0046.15.081735-4 / P. A: 0046.15.092205-5 / P. A: 0046.16.055402-1
P. A: 0046.15.096305-9 / P. A: 0046.16.055448-4 / P. A: 0046.17.031251-9

da LOA 2017. Fez uso da palavra a Sra. Ivone Rosa San Martin, e representando os moradores, apresentou demanda referente as Rua Roraima e Engenheiro Costa Barros, sobre a possibilidade de "alargamento das ruas" ou fazer um recuo, e também sobre a possibilidade de que o semáforo passasse a ser em três tempos, devido ao considerável número de acidentes ocorridos no local. **O Dr. Régis informou aos presentes que será instaurado procedimento a fim de apurar a demanda apresentada. Oficie-se ao departamento de trânsito acerca da demanda com relação ao semáforo, para que informe se há possibilidade técnica possível, bem como verifique qual o órgão da Administração Municipal responsável pelo alargamento ou ampliação da referida rua, oficiando também acerca de sua possibilidade técnica e financeira.** O Sr. Aldemir de Oliveira – Associação M. V. S., fez uso da palavra, e relatou a situação no bairro Cajuru, especificamente sobre a necessidade de redutor de velocidade na Rua Rodolfo Bernadelli. Fez uso da palavra o Sr. Marcio, e **informou aos presentes que irá com a SETRAN até o local, no dia 06/05/2017, e que em 30 (trinta) dias encaminhará relatório à Promotoria de Justiça das Comunidades. Após o referido prazo determino que a excelente e competente servidora Aparecida Suely Barbosa faça contato com a Administração Regional acerca do cumprimento da referida demanda apresentada. Além disso, determino a instauração de Procedimento Administrativo no sistema PROMP, a fim de acompanhar a demanda apresentada.** O Presidente passou a palavra à Sra. Vilma Alves Faria S. Santos – Representante de Associação de Moradores do Moradias Cajuru V, que questionou ao Presidente sobre a regularização dos documentos dos imóveis dos moradores daquela região, pois estão encontrando dificuldades para regularizar a rede de esgoto, informando que deveriam pagar o valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) por domicilio da rua Dr. Estevão de Souza Neto. Fez uso da palavra o Sr. William, e informou aos presentes, que o Moradias Cajuru V, é uma área que já foi parcialmente regularizada pela Prefeitura Municipal de Curitiba, e referente as questões de água e esgoto a responsabilidade no que se refere a esgoto é da



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DAS COMUNIDADES

P. A: 0046.16.068346-5 / P. A: 0046.16.068339-0 / P. A: 0046.16.068328-3
P. A: 0046.16.068341-6 / P. A: 0046.16.055340-3 / P. A: 0046.16.076481-0
P. A: 0046.15.081735-4 / P. A: 0046.15.092205-5 / P. A: 0046.16.055402-1
P. A: 0046.15.096305-9 / P. A: 0046.16.055448-4 / P. A: 0046.17.031251-9

SANEPAR, sugerindo ao Presidente que a SANEPAR seja consultada acerca do tema. O Promotor informou aos presentes que quanto a demanda apresentada, agendará reunião com o Representante da COHAB, com Administração Regional e representante da SANEPAR e determinou ainda a instauração do devido procedimento administrativo. Determinou ainda o agendamento da reunião das partes envolvidas na sede da SANEPAR realizando contato e notificando as partes para buscar uma solução técnica para o problema apresentado. O Sr. Adriano Marques, representante do Vereador Felipe Braga Cortes, se manifestou sobre a solicitação da população – Conselho Comunitário de Segurança – Guabirota, acerca da necessidade de fechar os vãos existentes na travessia da ponte sobre o Rio Belém, conforme consta no Ofício ccsq-03/2017, entregue em mãos, sendo determinado pelo Promotor de Justiça sua juntada, com posterior instauração de procedimento a fim de apurar os fatos. Como diligência, determino seja oficiado, com prazo de 30 dias, ao órgão responsável, acerca da viabilidade técnica e financeira acerca da demanda apresentada. Fez uso da palavra o Sr. Paulo dos Santos – Associação de Moradores da Vila Reno, e se manifestou sobre a dificuldade de travessia na rua Atilio Pioto, próximo ao Mercado Jacomar, no bairro Uberaba, pois os moradores chegam a ficar aguardando até meia hora para fazer a travessia da linha férrea. O Promotor fez uso da palavra, e informou que instaurará procedimento administrativo, a fim de apurar os fatos apresentados, esclarecendo que esse problema atinge muitas áreas de Curitiba, sendo determinado como diligência, com prazo de 30 dias, ao órgão responsável, acerca da viabilidade técnica e financeira acerca da demanda apresentada. Fez uso da palavra o Sr. Marcio e informou aos presentes que este caso será levado ao IPPUC, a fim de verificar a viabilidade de construção de uma passarela naquele local. O Promotor noticiou aos presentes que acompanhará o estudo do projeto mencionado, se colocando a disposição. Fez uso da palavra a Sra. Janaina, e relatou a necessidade de regularização de acessibilidade, limpeza, e sinalização na linha férrea,



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DAS COMUNIDADES

P. A: 0046.16.068346-5 / P. A: 0046.16.068339-0 / P. A: 0046.16.068328-3
P. A: 0046.16.068341-6 / P. A: 0046.16.055340-3 / P. A: 0046.16.076481-0
P. A: 0046.15.081735-4 / P. A: 0046.15.092205-5 / P. A: 0046.16.055402-1
P. A: 0046.15.096305-9 / P. A: 0046.16.055448-4 / P. A: 0046.17.031251-9

mais precisamente na região do Moradias Cajuru e Vila São João Del Rei, principalmente na Travessa Jardim União, vez que os moradores estão expostos a perigo constante, principalmente crianças e adolescentes, idosos e pessoas com deficiência. Foi **determinado um estudo e análise acerca da responsabilidade pela limpeza do local. Após seja oficiado ao órgão ou empresa responsável faça a limpeza no prazo de 30 dias, caso já não tenha sido realizada.** O Sr. João Carlos Pires de Camargo – Conselheiro Tutelar do Cajuru, reforçou a necessidade de melhorias e regularização junto àquela região. O Administrador Regional fez uso da palavra e informou aos presentes que agendará reunião com os representantes das associações a fim de levantar suas demandas. Fez uso da palavra a Sra. Maria Prestes – Associação da Vila Centenário, e informou sobre a dificuldade de regularização dos lotes dos moradores **São João Del Rei.** O Sr. Willian – COHAB, esclareceu que a área do São João Del Rei, Vila Marli, Vila Centenário, são áreas particulares e somente com a transferência da propriedade para COHAB o Município poderá atuar. Segundo o Sr. Willian, já houve uma tentativa de conciliação para parceria com o Município, mas nem todos os proprietários aceitaram. Já existe judicialização em relação a algumas áreas. O Dr. Régis, fez uso da palavra e questionou se haveria a possibilidade de intervenção da Promotoria de Justiça, e o Sr. Márcio ressaltou a importância da intervenção do MP em benefício da população. **Diante disso, determinou seja verificado quais processos estão em tramitação, bem como em que fase eles se encontram. Após iniciaremos as tratativas com a comunidade, COHAB, partes envolvidas para fim de buscar uma solução ao caso.** Diante disso determinou a instauração de procedimento administrativo para acompanhar a presente demanda, Fez uso da palavra o Sr. Floriano, e ressaltou a importância da participação do MP, e parceria existente entre a comunidade e o Poder Público. Em seguida ressaltou que uma das possibilidades seria uma ação de usucapião. Em seguida, falou sobre a necessidade de construção de unidade de saúde, para "desafogar" as Unidades Básicas de Saúde Trindade I, II, São Domingos e Solitude. Ainda, sobre a



MINISTÉRIO PÚBLICO¹⁰

do Estado do Paraná

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DAS COMUNIDADES

P. A: 0046.16.068346-5 / P. A: 0046.16.068339-0 / P. A: 0046.16.068328-3
P. A: 0046.16.068341-6 / P. A: 0046.16.055340-3 / P. A: 0046.16.076481-0
P. A: 0046.15.081735-4 / P. A: 0046.15.092205-5 / P. A: 0046.16.055402-1
P. A: 0046.15.096305-9 / P. A: 0046.16.055448-4 / P. A: 0046.17.031251-9

necessidade de construção de uma unidade 24 horas e reforma da Unidade Básica de Saúde São Domingos - reforma específica, ressaltou ainda a falta de segurança para os usuários do serviço de saúde. **O Sr. Willian esclareceu que haverá reforma na Unidade Básica de Saúde São Domingos.** O Sr. Márcio reforçou aos presentes sobre a participação da comunidade na LDO. Fez uso da palavra a Sr^a. Sulei – Vila Betel que questionou sobre a regularização da Vila, sendo informada em seguida, pelo Promotor, que a questão está sendo acompanhada, e inclusive já existe agendamento de reunião. O Sr. John Fzfitzgrald Kennedy Novaki – Representante da Secretaria Municipal de Saúde, informou que há planejamento sobre a reforma nas unidades básicas de saúde, e em relação a construção de novas unidades básicas de saúde, há um estudo em andamento, e que em aproximadamente 03 (três) meses, as obras de reforma terão início. **O Dr. Régis informou aos presentes que no prazo de 03 (três) meses entrará em contato com a Secretaria Municipal de Saúde e com o Sr. Floriano, com a concordância do representante da Secretaria, a fim de saber o andamento das obras. Que no final do referido prazo a servidora Suely fará contato com as partes a fim de verificar se a demanda da comunidade foi devidamente cumprida. Ademais, foi determinado a instauração de procedimento para acompanhamento da demanda.** No que se refere a segurança nas unidades de saúde, a demanda é geral, em toda região, e a guarda municipal tem atuado. Fez uso da palavra o Inspetor Speck – Guarda Municipal de Curitiba – Comandante da Área do Cajuru, e anunciou que realizam rondas externas, pois internamente existe um sistema particular de monitoramento. A Sr^a. Lucilene Teixeira da Silva – Clube de Mães Vila Audi – União, relatou as dificuldades em conseguir vagas em creche. **Informou também que na rua Guilherme Valter Lowry – Vila Audi Jardim União – cerca de 48 casas foram realocadas há aproximadamente 18 (dezoito) anos, foram retiradas da beira da linha, e que as famílias que ficaram teriam o prazo de 01 (um) para sair da beira da linha férrea, para que lá fosse realizada a abertura de rua. E devido a esse fato os moradores não têm rua, e sim um beco, essa situação**



MINISTÉRIO PÚBLICO¹³

do Estado do Paraná

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DAS COMUNIDADES

P. A: 0046.16.068346-5 / P. A: 0046.16.068339-0 / P. A: 0046.16.068328-3
P. A: 0046.16.068341-6 / P. A: 0046.16.055340-3 / P. A: 0046.16.076481-0
P. A: 0046.15.081735-4 / P. A: 0046.15.092205-5 / P. A: 0046.16.055402-1
P. A: 0046.15.096305-9 / P. A: 0046.16.055448-4 / P. A: 0046.17.031251-9

ocorre em uma parte da rua, pois o restante já está asfaltada. Segundo a Sr^a Lucilene, essa situação ocorre por causa de apenas uma moradora. É um trecho de aproximadamente 04 (quatro) quadras não há asfaltamento, saneamento básico, e necessita de abertura de rua, além do grande acúmulo de lixo, informou que já participou de diversas LDO e outras reuniões, e não obteve sucesso. O Sr. William fez uso da palavra e informou aos presentes que não é possível cumprir o programa devido à resistência de 04 (quatro) famílias, e não se trata apenas do serviço de pavimentação, engloba outros serviços. O Sr. William esclareceu ainda que o Jardim Audi – União era uma área particular, e a Associação dos Moradores negociou diretamente com os proprietários da área, e que os pagamentos são realizados em juízo, porém uma das proprietárias se nega a assinar o processo, para assim finalizar o processo de urbanização e regularização da área. Ela deseja que toda a área seja desapropriada. Diante disso o MP determinou a instauração de Procedimento e determinou como diligência uma visita ao local dos fatos, juntamente com órgão responsável da Prefeitura, bem como determino seja verificado se há procedimentos administrativo no âmbito municipal acerca do tema a fim de buscarmos uma solução jurídica. Já em relação as creches, já existem duas creches em construção na região. Em seguida a Sra. Iolanda – Vila Lorena, fez uso da palavra e informou aos presentes sobre as dificuldades dos moradores da rua Natalina Cordeiro (asfaltamento muito precário, está "todo arreventado"), rua Antônio Andreguetto, esquina com a rua Antônio Miranda Marques (muita água parada em dias de chuva, placas de sinalização pichadas, bueiros abertos, "rachas"), rua Antônio Simões Cardoso (bueiros entupidos, falta asfalto), mesma situação na Rua Canal Belém. O Presidente informou aos presentes que todas as demandas apresentadas serão acompanhadas com a instauração de procedimentos administrativos, bem como que todos os documentos apresentados serão juntados e analisados. Como diligência este agente ministerial fará visita ao local dos fatos e nas ruas



MINISTÉRIO PÚBLICO¹³

do Estado do Paraná

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DAS COMUNIDADES

P. A: 0046.16.068346-5 / P. A: 0046.16.068339-0 / P. A: 0046.16.068328-3
P. A: 0046.16.068341-6 / P. A: 0046.16.055340-3 / P. A: 0046.16.076481-0
P. A: 0046.15.081735-4 / P. A: 0046.15.092205-5 / P. A: 0046.16.055402-1
P. A: 0046.15.096305-9 / P. A: 0046.16.055448-4 / P. A: 0046.17.031251-9

localizadas na demanda. Em seguida passou a palavra ao Vereador Serginho do Posto, que agradeceu e cumprimentou aos presentes, agradecendo ao Promotor de Justiça, Dr. Régis, pelo trabalho realizado no atendimento da comunidade. Ressaltou que a impossibilidade de atender a todas as demandas apresentadas pela população, ocorre devido a falta de orçamento. A Sra. Eliane do Instituto Tibagi, informou aos presentes sobre o processo seletivo de jovens e adolescentes aprendizes, e inserção dos jovens no mercado de trabalho. Estendeu o convite para a comunidade no Fórum de Aprendizagem. Em seguida fez uso da palavra o Sr. Márcio, que ressaltou aos presentes sobre a importância da população na LDO, que ocorrerá no Próximo dia 11/04, às 19h30, no Auditório da Regional Cajuru. O Presidente fez uso da palavra e ressaltou a importância da presença e participação da população. O Presidente informou que, muitas das questões trazidas e não solucionadas nesta audiência, serão objetos de procedimentos administrativos junto a Promotoria das Comunidades. O Presidente encerrou a Audiência Pública, agradecendo a participação de todos, dando a todos a presente Ata por assinada, a fim de agilizar os fatos. A presente audiência encerrou-se às 21h40. Eu, Aparecida Suely Barboza, _____ Assessora Jurídica lavrei a presente Ata, a qual segue assinada por mim e pelo Presidente, o Promotor de Justiça, Dr. Régis Rogério Vicente Sartori.

Régis Rogério Vicente Sartori
Promotor de Justiça